



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO
PARA DELEGADO DA
PCSP



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PC-SP;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa dos editais dos últimos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil dos concursos da Polícia Civil de São Paulo.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PC-SP-Delegado-29-02>



Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100

PROVA OBJETIVA**DIREITO PENAL**

01. Qual dos princípios abaixo propostos, relaciona-se com a tese de que a tipicidade penal exige uma ofensa de gravidade aos bens jurídicos protegidos é o princípio da

- a) legalidade.
- b) exclusiva proteção a bens jurídicos
- c) Insignificância.
- d) intranscendência.
- e) adequação social

02. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e a legislação penal e o direito intertemporal, assinale a alternativa correta acerca da aplicação da lei penal.

- a) Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo criminal sentenciaste a aplicação de lei mais benigna.
- b) A lei penal temporária é aplicável a fatos ocorridos em sua vigência.
- c) é possível se dizer que o STF firmou entendimento no sentido de que a respeito da posse de drogas para consumo pessoal o art. 28 da lei de drogas implicou abolitio criminis, em face da despenalização imposta pelo instituto.
- d) Segundo a teoria da atividade, se o autor de tiros for menor de 18 anos de idade à época dos tiros, ainda que a vítima morra depois de ele ter completado a maioridade penal, responderá de acordo com as normas do Código Penal.
- e) A lei penal mais benigna possui retroatividade, mas não ultratividade.

03. Pedro Teixeira foi condenado no estrangeiro a uma pena de 5 anos no estrangeiro integralmente cumprida. Em face da extraterritorialidade da lei penal brasileira, pela mesma infração Pedro Teixeira é condenado no Brasil à pena de 10 anos de prisão. Nessa Hipótese, Pedro

a) cumprirá 10 anos de prisão no Brasil, uma vez que para essa quantidade de pena não se reconhece o cumprimento no estrangeiro.

b) não cumprirá pena alguma no Brasil, tendo em conta que já foi punido no país em que o crime foi praticado.

c) não haverá necessidade de cumprir pena alguma no Brasil.

d) ainda deverá cumprir 5 anos de prisão no Brasil.

e) cumprirá 10 anos de prisão no Brasil, uma vez que o Brasil não reconhece pena cumprida no estrangeiro.

04. A respeito da tentativa, é correto afirmar que

- a) a tentativa vermelha pode também ser denominada de tentativa perfeita;
- b) Um dos requisitos da tentativa é não consumação por circunstâncias inerentes à vontade do agente;
- c) pode ocorrer nos crimes habituais;
- d) o código penal adota a teoria subjetiva no que concerne à punibilidade na tentativa;
- e) pode ocorrer nos crimes complexos.

05. Joaquim conduzia o seu veículo em via pública, em velocidade adequada e em compatibilidade com as normas de trânsito, valendo-se de todas as cautelas necessárias quando um pedestre, que queria se matar, se atira contra a frente de seu veículo, fazendo com que Joaquim o atropelasse, levando-o à óbito. Nesse caso, com o atropelamento.

a) Joaquim, por ter assumido o risco de produzir o resultado, praticou homicídio culposo.

b) Joaquim, praticou lesão corporal seguida de morte, pois, ao dirigir, assumiu o risco de atropelar alguém, não respondendo por homicídio, porque não tinha a intenção de matar.

c) Joaquim praticou o crime de participação ao suicídio, na modalidade auxílio, posto que sua

conduta foi fundamental para o suicídio da vítima.

d) Joaquim não praticou crime, uma vez que o fato por ela praticado não é típico, tendo agido em face de uma causa de exclusão de antijuridicidade.

e) João não praticou crime, pois não houve possibilidade de prever a conduta da vítima.

06. Assinale a opção correta no que concerne às causas justificantes.

a) Aquele que, em legítima defesa, disparar contra seu algoz, mas, em face de má-pontaria, acertar um transeunte inocente, não responderá por qualquer consequência civil ou penal.

b) Não se pode falar em estado de necessidade para proteger direito alheio, uma vez que a atuação nessa excludente só é possível se ocorrer na defesa de direito próprio.

c) Na legítima defesa, toda vez que o agente se utilizar de um meio imoderado este será também desnecessário.

d) É correto se dizer que não é possível a legítima defesa contra estado de necessidade.

e) Não é possível legítima defesa real contra quem está em legítima defesa putativa.

07. Lucas decide lesionar Bento, seu desafeto, provocando-lhe vários ferimentos. Porém, durante a ação criminosa, Lucas resolve matá-lo, realizando um disparo de arma de fogo que atingiu uma parede, sem acertar Bento. A polícia é acionada, e conteve a ocorrência. Diante do caso hipotético, Lucas responderá

a) pelas lesões corporais ocasionadas em Bento.

b) pelo homicídio tentado de Bento.

c) pelo disparo de arma de fogo em concurso material com o crime de rixa.

d) pelas lesões corporais consumadas em concurso com o crime de disparo de arma de fogo.

e) por lesões corporais consumadas em concurso material com homicídio tentado.

08. Afrânio, motorista de aplicativos, teve seus bens subtraídos durante uma corrida, na madrugada do último sábado, no bairro da Boa Vista, Zona leste da capital. Com base nas informações da guarnição que atendeu a ocorrência, a vítima contou que um indivíduo, mediante ameaça e portando uma faca de cozinha, subtraiu seu celular novo. Segundo as aludidas informações, o agente do delito incorreu na prática de:

a) Roubo simples, em razão da impossibilidade de majoração da pena pelo emprego de arma
b) Roubo impróprio.

c) Roubo majorado pelo emprego de arma.

d) Roubo qualificado.

e) nenhuma das alternativas.

09. Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

a) A ação penal do crime de estelionato, em regra, somente se procede mediante representação.

b) Aquele que encontra uma nota de 50 reais sob a mesa da cozinha da residência de um amigo e dela se apropria pratica o crime de apropriação de coisa achada.

c) É isento de pena quem comete furto em prejuízo de ascendente com sessenta anos.

d) Aquele que subtrai coisa alheia móvel do cônjuge judicialmente separado é faz jus à isenção de pena.

e) Nenhuma das alternativas.

1º Simulado PC-SP - Delegado – 29/02/20

10. No que se refere ao crime de associação criminosa, antiga formação de quadrilha ou bando, é correto afirmar que

- a) A pena será aplicado em dobro se a associação é armada.
- b) Se houver a participação de criança ou adolescente, a pena será dobrada.
- c) A descrição típica apenas ocorrerá se ao menos um dos crimes articulados pela associação habitual se concretizar.
- d) o tipo penal autônomo se completa mediante a associação de 3 (três) ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes.
- e) Não é possível a punição de associação criminosa estabelecida em área rural, uma vez que o tipo penal só abrange a associação criminosa urbana.

11. No que concerne ao conceito de funcionário público e equiparados, para fins penais (CP, art. 327), é correto afirmar que

- a) a falta de remuneração pelo serviço prestado é fator impeditivo para a caracterizar o indivíduo como funcionário público.
- b) o fato da função pública exercida pelo funcionário ser transitória afasta a possibilidade de caracterização do indivíduo como funcionário público.
- c) aquele que trabalha para empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública é equiparado a funcionário público.
- d) aquele que exerce cargo em entidade paraestatal, não pode ser considerado funcionário público.
- e) o funcionário que trabalha em função de direção em sociedade de economia mista,

12. Em relação ao crime de Fraude Processual, o Código Penal brasileiro, dispõe:

- a) dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento ou perícia.

b) acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.

c) inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa.

d) dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.

e) provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Assinale a alternativa incorreta, com relação à cadeia de custódia:

a) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.

b) O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.

c) Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

d) É proibida a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.

e) A coleta dos vestígios deverá ocorrer, necessariamente e sob pena de invalidade da prova, por perito oficial.

1º Simulado PC-SP - Delegado – 29/02/20

14. Sobre os sujeitos do processo assinale a alternativa errada:

a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

b) Do despacho que admitir, ou não, o assistente de acusação, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.

c) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física. A qualquer tempo, no curso do processo, do julgamento ou da execução da sentença, se for descoberta a sua qualificação, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes.

d) Defensor dativo é aquele nomeado pelo juiz para os acusados que não tem advogado constituído nos autos. Essa nomeação pode se dar em favor dos acusados que não possuam condição para a contratação, ou mesmo para aqueles que, a despeito de possuírem condições financeiras, não o fizeram, transcorrendo-se o prazo legal para a apresentação de resposta à acusação.

e) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15. Julgue os itens e assinale a alternativa correta:

a) Quando houver processo em curso, a nova lei processual penal será aplicada imediatamente, mantendo-se os atos praticados sob a égide da lei anterior.

b) A autoridade policial poderá determinar o arquivamento do inquérito apenas quando a ausência de justa causa for manifesta e indubitável.

c) Quando o inquérito for arquivado por falta de fundamentos para a denúncia, a autoridade

policial não poderá realizar pesquisas e diligências se tiver notícia de outras provas.

d) O uso de algemas é excepcional, mas poderão ser utilizadas caso a pessoa resista à prisão em flagrante, ainda que a detida seja mulher em estado de puerpério imediato.

e) O inquérito policial é procedimento indeclinável e necessário para a propositura da ação penal.

16. Assinale a alternativa incorreta.

a) A figura do assistente de acusação não é admitida no curso de inquérito policial, apenas após o recebimento da denúncia e antes do trânsito em julgado da sentença.

b) A autoridade policial competente para lavratura de auto de prisão em flagrante é sempre a do local da execução/prática do delito, ainda que o agente seja perseguido e preso em circunscrição diversa daquela.

c) Em caso de crime afiançável de responsabilidade do funcionário público, a legislação processual antecipa o contraditório antes de inaugurada a ação penal, com a apresentação da defesa preliminar.

d) É possível que o inquérito policial seja avocado por superior hierárquico por motivo de interesse público.

e) A competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

17. Sobre a prisão temporária, assinale a alternativa incorreta.

- a) Caberá prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado no crime de envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte.
- b) O Juiz não pode decretar a prisão temporária de ofício.
- c) A prisão temporária pode ser decretada em qualquer fase do inquérito policial e/ou da ação penal.
- d) O mandado de prisão deve conter, obrigatoriamente, o período de duração da prisão temporária e o dia em que o preso deverá ser libertado.
- e) O dia em que o mandado de prisão for cumprido, ainda que a prisão seja efetuada no final da tarde, será computado no prazo de prisão temporária.

18. São medidas cautelares diversas da prisão, exceto:

- a) proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.
- b) proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.
- c) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.
- d) fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial.
- e) recolhimento em estabelecimento prisional no período noturno, quando o acusado, a quem tenha sido decretada medida de recolhimento domiciliar, for surpreendido pela autoridade policial fora de sua residência durante a madrugada.

19. Analise as assertivas a seguir e assinale a correta.

- a) Cabe habeas corpus para buscar o trancamento de inquérito policial instaurado para apuração de crime, quando a punibilidade já se encontrar extinta pela prescrição.
- b) Da decisão que defere o pedido de sequestro de bens, em processo incidental, cabe recurso em sentido estrito.
- c) O mandado de segurança é recurso de caráter residual, podendo ser impetrado em face de qualquer decisão proferida no bojo do inquérito policial contra a qual a lei não preveja recurso específico.
- d) Não cabe recurso em face da decisão que julga quebrada a fiança ou perdido o seu valor.
- e) A apelação é o recurso cabível para impugnar decisão que recusa a homologação de proposta de acordo de não persecução penal.

20. Configuram entendimentos sumulados pelo Superior Tribunal de Justiça, exceto:

- a) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.
- c) É desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514, do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial.
- d) Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada.
- e) A decisão que determina a produção antecipada de provas, com base no art. 366 do CPP, não precisa ser fundamentada, pois justifica-se unicamente pelo mero decurso do tempo, não sendo razoável que a instrução do processo seja prejudicada pela ausência do réu.

21. A respeito das provas no processo penal, assinale a alternativa correta.

a) Ainda que o delegado de polícia entenda que não há necessidade de perícia, caso a medida seja requerida pelas partes ele é obrigado a determinar a realização.

b) A falta de exame complementar nunca poderá ser suprida pela prova testemunhal.

c) Ainda que os elementos de prova indiquem conclusão diversa da exposta em laudo pericial, o juiz é obrigado a aceitar a conclusão do exame técnico.

d) Caso o acusado confesse a prática do delito, por ocasião de seu interrogatório judicial, concordando com a classificação legal dos fatos narrados na denúncia, o juiz pode dispensar a realização de outros meios de prova e proferir julgamento antecipado.

e) O juiz pode, para dirimir dúvida sobre ponto relevante ao julgamento da causa, determinar a realização de diligências de ofício, desde que o faça no curso do processo, antes de proferir sentença.

22. Analise as assertivas, acerca dos temas 'ação penal' e 'ação civil ex delicto' e assinale a opção correta:

a) A legitimidade para a propositura de ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções é concorrente do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.

b) O rol de testemunhas é imprescindível para o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, devendo o parquet diligenciar no sentido de obter os nomes e qualificações antes de ofertar a peça acusatória.

c) No caso de a ação de reparação de danos estar em fase de citação e a respectiva ação penal aguardando apenas a prolação de sentença, o Juízo Cível deve suspender o curso da ação reparatória até que a sentença criminal seja proferida.

d) A prescrição da pretensão punitiva em perspectiva (com fundamento na pena

hipotética), acolhida pela jurisprudência, tem o condão de extinguir a punibilidade do agente e, conseqüentemente, gerar absolvição sumária.

e) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada à representação da vítima.

23. Com relação aos meios de prova, analise as alternativas e assinale a incorreta.

a) Se alguma das testemunhas de acusação se sentir ameaçada pelo réu, pode deixar de prestar depoimento judicial.

b) O juiz pode, a qualquer momento, determinar novo interrogatório do réu, ainda que seja após o término da instrução.

c) Se desobrigadas pela parte interessada, as pessoas com dever de sigilo podem depor, se quiserem.

d) Os documentos originais, juntos a processo findo, quando não exista motivo relevante que justifique a sua conservação nos autos, poderão, mediante requerimento, e ouvido o Ministério Público, ser entregues à parte que os produziu, ficando traslado nos autos.

e) A autoridade policial, ou seus agentes, poderão penetrar no território de jurisdição alheia, ainda que de outro Estado, quando, para o fim de apreensão, forem no seguimento de pessoa ou coisa, devendo apresentar-se à competente autoridade local, antes da diligência ou após, conforme a urgência desta.

24. Assinale a alternativa correta.

- a) A participação de membro do Ministério Público durante a fase de investigação não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- b) O indiciado, quando de sua qualificação, não responde por crime de falsa identidade ainda que apresente documento falso e aponte nome outro por estar agindo em autodefesa.
- c) Se no curso da investigação surgir indício da prática de crime por parte de promotor, a autoridade policial deve desmembrar os autos de inquérito e promover duas investigações distintas, uma em face do promotor e outra em relação a demais investigados.
- d) O promotor, atualmente, caso constate a ausência de elementos que indiquem a prática de crime, pode mandar arquivar os autos de inquérito policial.
- e) Ainda que sirva de base para a denúncia ou queixa, por ser elemento dispensável, o inquérito policial não a acompanhará.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

25. Em relação aos crimes hediondos, julgue as assertivas abaixo.

- I) Não é a eventual gravidade de um crime que o torna hediondo, haja vista existem delitos graves que não são hediondos, assim como existem delitos que não são tão graves e foram catalogados como tais.
- II) Um condenado por crime hediondo poderá progredir de regime se tiver cumprido 30% da pena, caso seja réu primário, e 40% da pena, caso seja reincidente.
- III) Se o crime hediondo praticado resultar em morte, o condenado terá de cumprir 50% da pena para progredir de regime, se primário, e 70% da pena, se reincidente. Em ambos os casos é vedado o livramento condicional.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II e III.
- b) Somente III.
- c) I e III.

d) I e II.

e) Somente I.

26. Com base na lições doutrinárias, no posicionamento dos tribunais superiores e no texto legal de regência do crime de lavagem de dinheiro no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de lavagem de dinheiro pode ser classificado como delito autônomo e o oferecimento de denúncia dependerá de demonstração efetiva da existência de crime antecedente;
- b) Segundo os tribunais superiores, a ação penal pelo crime de lavagem de dinheiro deve vir instruída com a certidão do trânsito em julgado do processo que apura a infração penal antecedente;
- c) Qualquer infração penal pode figurar como conduta antecedente apta a configuração da lavagem de dinheiro, sendo imprescindível a configuração obrigatória da condenação como subsídio da denúncia;
- d) O próprio crime de lavagem de dinheiro pode figurar como infração penal antecedente, mas será essencial neste caso que restem revelados indícios suficientes da perpetração de alguma outra infração penal diversa da qual tenha derivado a primeira conduta de dissimulação da origem ilícita de recursos;
- e) A extinção de punibilidade das infrações penais antecedentes influencia na atipicidade do comportamento perpetrado no empreendimento da lavagem de dinheiro.

27. Com base nas lições doutrinárias, nos enunciados normativos positivados na ordem jurídica pátria e nos posicionamentos da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A configuração do crime de lavagem de dinheiro prescinde da indicação da autoria do delito antecedente;
- b) Se o sujeito ativo da infração penal antecedente for desconhecido ou isento de pena, inviabilizará o reconhecimento da tipicidade da conduta de lavagem de dinheiro;
- c) Segundo o STJ, a denúncia do crime de lavagem de dinheiro pode vir desacompanhada de prova efetiva do delito antecedente desde que traga elementos indiciários suficientes de probabilidade da ocorrência de infração penal da qual decorreram os recursos objeto das ações de dissimulação;
- d) A ação penal pelo crime de lavagem de dinheiro vem subsidiada em uma justa causa duplicada, pois deve indicar além dos indícios de materialidade e autoria referentes ao crime objeto da denúncia, como também da infração antecedente;
- e) A infração penal de lavagem de dinheiro não precisa ser processada e julgada no bojo do mesmo processo penal no qual se apura a infração penal antecedente.

28. Com relação aos institutos da interceptação, escuta, gravação e captação, tendo em vista os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, assinale a assertiva correta.

- a) A interceptação fica adstrita às hipóteses relativas à captação de comunicação desempenhada por um terceiro, sem o conhecimento dos interlocutores.
- b) A escuta é a captação da comunicação por um terceiro estranho aos interlocutores, mas anuída por, pelo menos, um destes últimos, não necessitando de autorização judicial para validar o procedimento.
- c) A gravação é a captação da comunicação diretamente por um dos interlocutores, sendo imprescindível a autorização judicial para que seja lícita.

d) Para realizar a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos é necessário somente que se tenha autorização judicial ou basta que a captação seja para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

e) Em processo que apure a suposta prática de crime sexual contra adolescente absolutamente incapaz, segundo jurisprudência dos tribunais superiores, não é admissível a utilização de prova extraída de gravação telefônica efetivada a pedido da genitora da vítima, sem autorização judicial, em seu terminal telefônico.

29. Sobre a Lei Maria da Pena (Lei 11.343/06) e de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa incorreta.

- a) Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da lei 11.340/2006, lei Maria da Pena, não se exige coabitação entre autor e vítima.
- b) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- c) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- d) A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Pena.
- e) O descumprimento de medida protetiva acarretará prisão preventiva, sendo possível ainda a condenação do agente por crime de desobediência previsto no Código Penal.

30. Acerca da Lei Maria da Penha, julgue a assertiva correta.

a) Em se tratando de casos de violência doméstica em âmbito familiar contra a mulher, o STJ tem considerado legítima a outorga de medidas protetivas de urgência com base exclusiva na palavra da vítima.

b) O rol de medidas protetivas de urgência é taxativo, portanto o Juiz só poderá decretar para a mulher as medidas protetivas de urgência que estiverem elencadas na lei.

c) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo delegado de polícia, desde que o Município seja sede de comarca.

d) O afastamento de cargo ou função pública constitui medida protetiva de urgência prevista expressamente na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

e) é permitida a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

31. Com relação ao Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), assinale a alternativa correta.

a) O crime de posse irregular de arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido (art. 12 da Lei n. 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento) é de perigo abstrato, prescindindo de demonstração de efetiva situação de perigo, porquanto o objeto jurídico tutelado não é a incolumidade física e sim a segurança pública e a paz social.

b) Para adquirir arma de fogo de uso permitido basta o interessado apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa; e comprovar capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

c) Caso o objeto utilizado para a prática do crime de posse de arma de fogo seja uma arma de fogo com numeração suprimida pelo sujeito, ocorrerá um concurso formal de delitos entre a posse e a supressão (Lei n. 10.826/2003).

d) O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade apenas no local em que a arma foi registrada, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

e) O porte de arma de fogo a que têm direito os policiais civis se estende também aos policiais aposentados.

32. Acerca das disposições da lei 11.343/06 e a sua interpretação pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

a) A posse de drogas para consumo próprio é conduta típica, mas não enseja a aplicação de nenhuma sanção de natureza penal;

b) O desrespeito imotivado às exigências fixadas em decorrência de condenação pelo crime do art. 28 da Lei 11343/06 viabiliza ao juiz aplicar pena privativa de liberdade pelo prazo máximo de 05 (cinco) meses;

c) A condenação pelo comportamento de porte de droga para consumo pessoal não faz incidir a circunstância agravante da reincidência;

d) As medidas impostas como consequência da conduta de porte de drogas para consumo pessoal, em caso de reincidência de qualquer espécie, admite sua aplicação pelo prazo máximo de 10 (dez) meses;

e) A condenação por outro crime anterior permite ampliar o prazo de aplicação das medidas impostas em decorrência da conduta de porte de drogas para consumo pessoal.

33. De acordo com os entendimentos jurisprudenciais acerca das Leis nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e 11.340/06 (Lei Maria da Penha), julgue as assertivas abaixo.

I) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

II) Para a incidência da majorante da interestadualidade, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da Federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual de drogas.

III) A majorante do tráfico transnacional de drogas configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a transposição de fronteiras.

Assinale a assertiva correta.

- a) Somente a I.
- b) Somente a I e II.
- c) Somente a I e III.
- d) Somente a II e III.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

34. De acordo com a Lei 13.869/19 que versa sobre o Abuso de Autoridade e a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), assinale a afirmativa correta.

- a) As condutas descritas na Lei n. 13.869/19 constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- b) A prisão em flagrante pelo crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência inviabiliza a representação por prisão preventiva em face da recalcitrância do agressor, mas é insuscetível de liberdade provisória;
- c) Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/19) são de ação penal pública condicionada.

d) O crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência é inafiançável;

e) A Lei 13.869/19 prevê penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade, tais como prestação de serviços à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 01 (um) mês.

35. Acerca da Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13), assinale a alternativa INCORRETA.

a) A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 10 (dez) anos subsequentes ao cumprimento da pena.

b) O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.

c) Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.

d) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

e) É direito do agente infiltrado não ter sua identidade revelada, nem ser fotografado ou filmado pelos meios de comunicação, sem sua prévia autorização por escrito.

36. De acordo com a Lei 12.830/13 (investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia), Lei 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro) e a Lei 12.037/09 (Identificação Criminal), julgue as assertivas a seguir.

I) O indiciamento é ato privativo do delegado de polícia.

II) Compete à justiça estadual o processo e o julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro, ainda que o crime antecedente seja de competência da justiça federal, desde que não tenha sido praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

III) Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

IV) A identificação criminal incluirá apenas o processo fotográfico, que será juntado aos autos da comunicação da prisão em flagrante, ou do inquérito policial ou outra forma de investigação.

Assinale a alternativa correta.

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) I, II e III.
- d) I e III.
- e) II e IV.

LEGISLAÇÃO POLICIAL

37. Extingue-se a punibilidade pela prescrição em 2 anos, exceto:

- a) Multa
- b) Advertência
- c) Repreensão
- d) Demissão
- e) Suspensão

38. São condutas que sujeitam à demissão a bem do serviço público, exceto:

- a) Revelar dolosamente segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função, com prejuízo para o Estado ou para particulares.
- b) Conduzir-se com incontinência pública e escandalosa e praticar Jogos proibidos
- c) Aplicação indevida de dinheiros públicos.
- d) Causar lesão dolosa ao patrimônio ou aos cofres públicos.
- e) Exigir, receber ou solicitar vantagem indevida, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções, mas em razão destas.

39. Acerca das disposições do Estatuto da Polícia Civil de São Paulo assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos de advertência e repreensão, é prescindível ouvir o órgão de consultoria jurídica.
- b) Quando se tratar da aplicação da remoção compulsória a delegado de polícia a competência é do Delegado Geral de Polícia.
- c) Compete concorrentemente ao Governador do Estado e ao Delegado Geral de Polícia a aplicação das penas de demissão, demissão a bem do serviço público e a cassação de aposentadoria a delegado de polícia.
- d) Será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ao inativo que praticou após o encerramento da atividade, falta para a qual é cominada pena de demissão ou demissão a bem do serviço público.
- e) Em caso de ineficiência intencional e reiterada no serviço será aplicada a pena de suspensão.

40. Quanto à extinção da punibilidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) A falta prevista em lei como infração penal, no prazo de prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a 5 (cinco) anos.
- b) A prescrição começa a correr do dia em que a falta for cometida ou do dia em que tenha cessado a continuação ou a permanência, nas faltas continuadas ou permanentes.
- c) Um dos motivos que interrompe a prescrição é a portaria que instaura sindicância.
- d) A extinção da punibilidade pode ocorrer pela anistia administrativa.
- e) A prescrição corre enquanto insubsistente o vínculo funcional que venha a ser restabelecido

41. Dentre as transgressões disciplinares previstas na Lei Orgânica da Polícia Civil de São Paulo, a única incorreta é:

- a) Permutar horário de serviço ou execução de tarefa sem expressa permissão da autoridade competente;
- b) Lançar acidentalmente, em registros oficiais, papéis ou quaisquer expedientes, dados errôneos, incompletos ou que possam induzir a erro, bem como inserir neles anotações indevidas;
- c) Negligenciar na execução de ordem legítima;
- d) Fazer uso indevido de bens ou valores que lhe cheguem as mãos, em decorrência da função, ou não entregá-los, com a brevidade possível, a quem de direito;
- e) Dificultar ou deixar de encaminhar expediente à autoridade competente, se não estiver na sua alçada resolvê-lo.

42. Dentre os deveres do policial civil assinale o único que não corresponde ao rol apontado na Lei Orgânica da Polícia Civil de São Paulo:

- a) Frequentar, eventualmente, para fins de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos profissionais, cursos instituídos periodicamente pela Academia de Polícia;

b) Divulgar para conhecimento dos subordinados as normas referidas no inciso anterior;

c) Informar incontinentemente toda e qualquer alteração de endereço da residência e número de telefone, se houver;

d) Comunicar o endereço onde possa ser encontrado, quando dos afastamentos regulamentares;

e) Manter discricção sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões e providências.

DIREITO CONSTITUCIONAL

43. Segundo a Constituição Federal de 1988, são bens da União, exceto:

- a) Todas as terras devolutas.
- b) O mar territorial.
- c) Os potenciais de energia hidráulica.
- d) Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
- e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

44. Sobre os métodos de interpretação constitucional, assinale a alternativa verdadeira:

a) No método tópico-problemático o intérprete primeiro busca obter um sentido do texto para então aplicá-lo a uma situação concreta.

b) No método hermenêutico-concretizador o intérprete se utiliza de diversos pontos de vista para encontrar, dentre as diversas possibilidades, a interpretação mais conveniente para o problema.

c) No método normativo-estruturante a norma é o resultado da interpretação do texto e da realidade a ele subjacente.

d) O método jurídico ou hermenêutico-clássico entende que a interpretação do texto da constituição deve ser diferente da interpretação de uma lei. Portanto, não devem ser aplicados os elementos tradicionais da hermenêutica jurídica de Savigny (elemento histórico, elemento

1º Simulado PC-SP - Delegado – 29/02/20

sistemático, elemento gramatical, elemento teleológico e elemento genético.

e) No método científico-espiritual o intérprete deve considerar a constituição apenas do ponto de vista jurídico-formal.

45. A respeito dos municípios e territórios, assinale a alternativa verdadeira:

a) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por emenda constitucional estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do estado envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

d) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.

e) Os Territórios poderão ser divididos em Municípios.

46. A respeito do *habeas corpus* assinale a alternativa verdadeira:

a) Pela sua amplitude, pode ser impetrado sob qualquer forma, inclusive em idioma estrangeiro.

b) Não pode ser impetrado por estrangeiro. Em caso de violação a liberdade de locomoção de estrangeiro o instrumento adequado é o mandado de segurança.

c) Não pode ser impetrado pelo membro do Ministério Público.

d) As ações de *habeas corpus* são gratuitas.

e) É cabível em processo criminal desde que a infração penal possua ao menos uma pena pecuniária cominada.

47. A respeito dos direitos individuais, assinale a alternativa verdadeira:

a) Segundo o STF, o direito a liberdade de expressão religiosa não abrange o discurso proselitista.

b) É constitucional dispositivo de lei que proíbe a prática de proselitismo religioso na programação de emissoras de radiodifusão comunitária.

c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que previamente autorizados pelo poder público.

d) O sigilo da correspondência é inviolável, salvo quando por ordem de autoridade policial ou por autorização judicial.

e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

48. Sobre o tema da nacionalidade, assinale a alternativa FALSA:

- a) A extradição é vedada para os natos e permitida para os naturalizados por crimes comuns, praticados antes da naturalização ou por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- b) O brasileiro nato poderá perder a sua nacionalidade quando, mediante manifestação expressa de vontade, adquirir outra nacionalidade derivada.
- c) Somente a Constituição Federal poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- d) São brasileiros naturalizados os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- e) Os cargos de oficial das forças armadas são privativos de brasileiros natos.

49. Assinale a alternativa que NÃO traz competência dos Municípios:

- a) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- b) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- d) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local.
- e) legislar sobre procedimento em matéria processual.

50. A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa verdadeira:

- a) As constituições estaduais só podem fazer exigência de lei complementar para as matérias que a Constituição Federal exige lei complementar.
- b) As leis complementares serão aprovadas pela maioria simples dos votos dos deputados.
- c) São de iniciativa privativa do Congresso Nacional as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.
- d) É cabível medida provisória relativa a direito eleitoral.
- e) O veto parcial do Presidente da República somente abrangerá palavra, texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

51. A respeito do controle de constitucionalidade abstrato, assinale a alternativa verdadeira:

- a) A decisão liminar em controle de constitucionalidade abstrato, em regra, produz efeitos ex tunc.
- b) Não é cabível controle de constitucionalidade abstrato de norma municipal em face de constituição estadual.
- c) Em nenhuma hipótese os Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal.
- d) Regimento Interno dos Tribunais é passível de controle abstrato de constitucionalidade.
- e) É incabível o conhecimento de ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) como ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) ainda que haja dúvida razoável, pois, nesses casos, não é cabível a aplicação do princípio da fungibilidade.

52. A respeito do controle de constitucionalidade assinale a alternativa **FALSA**:

- a) Somente o STF é competente para julgar ação direta de inconstitucionalidade.
- b) Os efeitos da decisão do controle de constitucionalidade difuso são, em regra, erga omnes.
- c) A inconstitucionalidade por vício formal se refere ao conteúdo ou substância do ato normativo impugnado.
- d) Somente o Procurador-Geral de Justiça possui legitimidade para propor ação direta interventiva por inconstitucionalidade de Lei Municipal.
- e) Podem propor ação direta de inconstitucionalidade, dentre outros, o Presidente da República e o Ministro da Justiça.

53. A respeito do Preâmbulo da Constituição Federal de 1988, é possível afirmar que:

- a) por invocar Deus, torna o Brasil um Estado Confessional.
- b) pode servir de parâmetro, por si só, para controle de constitucionalidade.
- c) o preâmbulo pode servir de auxílio para interpretação do texto constitucional.
- d) a palavra “Deus” no preâmbulo da Constituição Federal é de reprodução obrigatória no texto das constituições estaduais.
- e) o preâmbulo é norma de eficácia plena, gerando direitos e deveres aos cidadãos.

54. Assinale a alternativa que prevê medida que pode ser promovida diretamente pelas CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) independentemente de autorização judicial:

- a) Interceptação das Comunicações Telefônicas.
- b) Busca e apreensão domiciliar.
- c) Indisponibilidade de bens.
- d) Quebra de sigilo fiscal.
- e) Expedir mandado de prisão.

55. A respeito das imunidades parlamentares, assinale a alternativa verdadeira:

- a) Os deputados, senadores e vereadores possuem imunidade absoluta sobre suas palavras e votos.
- b) A imunidade material, também conhecida como freedom from arrest, prevê que os deputados e senadores não poderão ser presos, salvo em caso de crime inafiançável.
- c) As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
- d) Desde a posse, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- e) Em nenhuma hipótese os deputados e senadores poderão ser processados durante o mandato.

56. Sobre a saúde na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal veda a participação da iniciativa privada no SUS.
- b) Em qualquer hipótese, é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- c) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- d) Uma das diretrizes do sistema único de saúde é a centralização.
- e) Atendidos os requisitos legais, é cabível a comercialização de tecidos e órgãos.

DIREITOS HUMANOS

57. Sobre a Teoria Geral dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:

a) Uma das características dos direitos humanos é a historicidade, ou seja, tais direitos não surgiram ao mesmo tempo, sendo incorporados aos poucos e, por isso, é possível distinguir suas dimensões.

b) Os direitos humanos de 1ª dimensão são aqueles relacionados à liberdade, fortemente influenciados pela concepção político-econômica liberal. São exemplos de direitos que surgem nesse período: direitos sociais, econômicos e culturais.

c) Os direitos humanos de 2ª dimensão, relacionados à busca por igualdade na sociedade, sofrem influência do momento histórico de saída do Estado Liberal para o Estado Social. Desse modo, são exemplos desses direitos: os direitos civis e políticos.

d) A 3ª dimensão dos direitos humanos apresenta-se ligada ao sentimento de fraternidade entre os indivíduos. Em razão do cenário pós-guerra, percebe-se a preocupação com a tutela da democracia, o direito à informação e o respeito ao pluralismo político.

e) A 4ª dimensão dos direitos humanos, de acordo com o doutrinador Norberto Bobbio, está relacionada ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao direito do consumidor e a proteção do patrimônio histórico-cultural.

58. Os Direitos Humanos apresentam uma série de características, entre elas, uma que prevê que, alcançado determinado grau de proteção, não poderá haver diminuição dessa proteção. Trata-se da (o):

- a) universalidade.
- b) essencialidade.
- c) superioridade.
- d) indisponibilidade.
- e) efeito cliquet.

59. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Considerando o disposto na DUDH, não é um direito assegurado expressamente entre seus artigos:

- a) vida, liberdade e segurança pessoal.
- b) igualdade em dignidade de direitos.
- c) meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- d) vedação à tortura, ao tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- e) justa e pública audiência para decidir sobre seus direitos e deveres.

60. O Incidente de Deslocamento de Competência, também conhecido como federalização dos crimes contra os direitos humanos, surgiu com a Emenda Constitucional nº 45/2004. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o disposto no texto constitucional:

a) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

b) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

c) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador Geral de Justiça da localidade, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em

qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

d) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador Geral de Justiça, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

e) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, antes da fase instrutória da ação penal, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

61. Considerando o Estatuto de Roma, que cria o Tribunal Penal Internacional, assinale a alternativa correta:

a) O Tribunal será uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, de acordo com o presente Estatuto, e será hierarquicamente superior às jurisdições penais nacionais.

b) O Tribunal Penal Internacional sempre funcionará em sua sede (Haia - Países Baixos).

c) O Tribunal terá personalidade jurídica internacional e possuirá, igualmente, a capacidade jurídica necessária ao desempenho das suas funções e à prossecução dos seus objetivos.

d) A competência do Tribunal restringir-se-á aos crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto. O Tribunal terá competência taxativa para julgar o crime de genocídio, os crimes contra a humanidade e os crimes de guerra.

e) O Tribunal poderá exercer os seus poderes e funções, sem necessidade de acordo especial, no território de qualquer Estado, ainda que não seja signatário do Estatuto.

62. Nos termos do Estatuto de Roma, configura "genocídio" o ato praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Assinale a alternativa que não apresenta um ato de genocídio:

a) Homicídio de membros do grupo.

b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo.

c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial.

d) Desaparecimento forçado de pessoas e crime de apartheid.

e) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo ou transferência, à força de crianças do grupo para outro grupo.

63. Nos termos do Estatuto de Roma, configura "crime contra a humanidade" o ato cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil. Assinale a alternativa que não apresenta um crime contra a humanidade:

a) homicídio e extermínio.

b) escravidão e deportação ou transferência forçada de uma população.

c) prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional.

d) tortura ou agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável.

e) tortura ou outros tratamentos desumanos, incluindo as experiências biológicas.

64. O Decreto nº 42.209/1997 institui o Programa Estadual de Direitos Humanos e cria a Comissão Especial de Acompanhamento da execução do Programa. De acordo com o Decreto, assinale a alternativa correta quanto às atribuições e composição da Comissão Especial:

a) A Comissão deverá acompanhar o desenvolvimento das ações governamentais relativas a qualquer programa que envolva a proteção aos direitos humanos.

b) A Comissão deverá incentivar ações tendentes ao efetivo cumprimento do Programa e elaborar relatórios semestrais sobre tal cumprimento.

c) O mandato dos membros da Comissão Especial será 4 anos, coincidentes com o mandato do Governador.

d) A Comissão será composta de quatro membros de livre indicação do Governador do Estado; dois representantes do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE); dois membros representando os demais conselhos de cidadania, indicados pela Secretaria do Governo e Gestão Estratégica; um representante do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP) e um representante da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

e) No ato de nomeação dos membros e respectivos suplentes, pelo Governador do Estado, será indicado seu Presidente e Vice-Presidente.

65. O artigo 5º, §3º da Constituição Federal prevê que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. Assinale a alternativa que apresenta um diploma internacional que foi incorporado ao ordenamento com o status indicado no dispositivo constitucional:

a) Declaração Universal dos Direitos Humanos.

b) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

c) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

d) Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos).

e) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

66. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status supralegal. Tal hierarquia normativa equivale a:

a) emenda constitucional.

b) norma infraconstitucional, inferior à Constituição Federal, mas superior à legislação infraconstitucional interna.

c) lei complementar.

d) lei ordinária.

e) decreto legislativo.

67. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) apresenta regramento próprio quanto ao direito à vida e, conseqüentemente, sobre a pena de morte. Considerando as disposições, assinale a alternativa correta:

a) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento do nascimento.

b) Nos países que não houverem abolido a pena de morte, somente poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido.

c) Nos Estados que aboliram a pena de morte, poderá ser reestabelecida em caso de manifestação majoritária da população.

d) A Convenção não prevê limitações etárias à pena de morte, nem limitações quanto à natureza dos crimes cometidos.

e) O condenado à pena de morte perde todos os seus direitos a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória.

68. A escravidão e a servidão são medidas proibidas pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

a) Ninguém pode ser submetido a escravidão ou a servidão, e tanto estas como o tráfico de escravos e o tráfico de mulheres são proibidos em todas as suas formas.

b) Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena privativa da liberdade acompanhada de trabalhos forçados, esta disposição não pode ser interpretada no sentido de que proíbe o cumprimento da dita pena, imposta por juiz ou tribunal competente.

c) Não constituem trabalhos forçados ou obrigatórios os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente. Tais trabalhos ou serviços devem ser executados sob a vigilância e controle das autoridades públicas, e os indivíduos que os executarem poderão ser postos à disposição de particulares, companhias ou pessoas jurídicas de caráter privado.

d) O serviço militar não é considerado como trabalho forçado ou obrigatório.

e) O trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais não poderá ser tido como forçado ou obrigatório.

69. Assinale a alternativa em conformidade com o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei:

a) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem sempre cumprir o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o elevado grau de responsabilidade que a sua profissão requer.

b) No cumprimento do dever, os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem respeitar e proteger a dignidade humana, manter e apoiar os direitos humanos apenas das pessoas sob sua guarda.

c) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei podem empregar a força sempre que se sentirem ameaçados.

d) Os assuntos de natureza confidencial em poder dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem ser mantidos confidenciais em todos os casos.

e) Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem garantir a proteção da saúde de todas as pessoas sob sua guarda, mas não precisam adotar medidas imediatas caso não tenham domínio dos cuidados médicos necessários.

70. Considerando o disposto no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, assinale a alternativa correta.

a) Um dos objetivos do Protocolo é prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando atenção especial às crianças e aos idosos.

b) O termo "criança", adotado no Protocolo, tem significado distinto do adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.

c) Nos casos em que se considere apropriado e na medida em que seja permitido pelo seu direito interno, cada Estado Parte protegerá a privacidade e a identidade das vítimas de tráfico de pessoas. A confidencialidade, entretanto, não está prevista no Protocolo.

d) Os Estados Partes devem buscar fornecer às vítimas, quando necessário, informação apenas sobre os procedimentos judiciais aplicáveis.

e) Cada Estado Parte terá em consideração a aplicação de medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas de tráfico de pessoas, sem contar com a cooperação de organizações não-governamentais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

71. A Constituição Federal, em seu artigo 37, traz de forma explícita princípios constitucionais da administração pública. De forma específica o direito de petição, as certidões e a ação administrativa ex-officio de divulgação de informações de interesse público, está concretizado o princípio da:

- a) publicidade.
- b) eficiência.
- c) moralidade.
- d) impessoalidade.

72. No tocante às regras típicas do regime jurídico administrativo, é sabido que nem todas se aplicam às empresas estatais – assim consideradas as empresas públicas e as sociedades de economia mista –, em vista da natureza jurídica de direito privado que tais entidades ostentam. Todavia, toda empresa estatal deve observar:

- a) o regime de precatórios para pagamento de suas dívidas.
- b) a necessidade de autorização legislativa para alienação de bens imóveis de seu patrimônio.
- c) os limites constantes do art. 37, XI, da Constituição Federal, no pagamento da remuneração de seus empregados.
- d) a vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicas.
- e) o regime de licitações da Lei nº 8.666/93.

73. O contrato de gestão é o instrumento firmado entre o poder público e a entidade qualificada como organização social para fins de formação de parceria entre as partes com o ânimo de fomento e de execução de atividades relativas a determinadas áreas previstas em lei, dentre as quais NÃO se inclui:

- a) o ensino e a pesquisa científica.
- b) a cultura.
- c) a saúde.
- d) o desenvolvimento tecnológico.

e) nenhuma das alternativas anteriores .

74. Segundo a Lei nº 9.790/99 é passível de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendam aos demais requisitos legais, dentre outras, as:

- a) sociedades civis criadas por órgão público para atuação na área hospitalar.
- b) cooperativas de trabalhadores na área rural.
- c) organizações sociais que tenham por finalidade a promoção da cultura.
- d) pessoas de direito privado, sem fins lucrativos, de promoção da assistência social.
- e) as sociedades comerciais nas áreas da saúde e da educação.

75. Acerca da classificação dos atos administrativos, a autorização para exploração de jazida é exemplo de ato

- a) declaratório.
- b) enunciativo.
- c) constitutivo.
- d) geral.
- e) todas as alternativas

76. Existem diversas alternativas possíveis quanto a extinção dos atos administrativos, EXCETO a. o decurso do tempo.

- a) todas as alternativas
- b) a renúncia do interessado.
- c) a revogação pelo Poder Judiciário.
- d) a invalidação pela própria Administração.
- e) o desaparecimento do pressuposto fático.

77. É correto afirmar a respeito da delegação e avocação da competência administrativa:

- a) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente essa qualidade.
- b) a legislação pátria permite, em certos casos, a transferência de todas as funções do delegante para o órgão delegado.
- c) a legislação brasileira não permite a delegação revogável ou por tempo indeterminado.
- d) o princípio da hierarquia, que rege a avocação, permite que a atividade avocada abranja a integralidade das competências do órgão inferior.
- e) praticado o ato por autoridade, que age por delegação, eventual medida judicial contra o ato deve ser ajuizada contra a autoridade delegante.

78. Assinale a alternativa que contempla hipótese de contratação de obras, bens ou serviços pelo poder público, em que a Lei nº 8.666/93 impõe o dever de licitar, independentemente de seu valor, não sendo permitida, no caso, a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

- a) Serviços de publicidade e divulgação.
- b) Obras e serviços de engenharia.
- c) Suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário ou permissionário.
- d) Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.
- e) Pareceres, perícias e avaliações em geral.

79. Acerca dos atos de improbidade administrativa, analise os itens abaixo:

I – No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio;

II – A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos independem do trânsito em julgado da sentença condenatória;

III – Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente;

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas III.
- e) Apenas I.

80. O tombamento, em suas várias modalidades, constitui ato administrativo que sempre ostenta a característica de

- a) compulsoriedade.
- b) provisoriedade.
- c) imperatividade.
- d) irretratabilidade.
- e) indenizabilidade.

81. Um Município tem interesse em preservar um bem de valor histórico, consistente na casa em que nasceu e viveu um escritor famoso nacional e internacionalmente. Pretendendo que o imóvel seja mantido inalterado e que lá seja instalado um museu a respeito da obra do escritor, a Municipalidade deverá

- a) desapropriar o imóvel.
- b) tomar o imóvel.
- c) instituir um tombamento de uso do imóvel.
- d) requisitar o imóvel.
- e) instituir servidão administrativa sobre o imóvel.

82. Sobre a doutrina da discricionariedade administrativa e do controle jurisdicional, considere as seguintes assertivas:

I – A discricionariedade administrativa pode decorrer da hipótese da norma, no caso da ausência de indicação explícita do pressuposto de fato, ou no caso de o pressuposto de fato ter sido descrito através de termos ou expressões que ilustram conceitos vagos, fluidos ou imprecisos. II – A noção de discricionariedade não se prende somente ao campo das opções administrativas disponíveis efetuadas com base em critérios de conveniência e oportunidade, no chamado campo do mérito do ato administrativo.

III – À hipótese de discricionariedade administrativa sempre corresponderá uma situação concreta em que se identifica que a decisão do administrador é tida como intangível, pois corresponderá a uma opção de mérito cuja escolha se sintoniza com o espectro de possibilidades antevisto pela norma jurídica aplicável.

IV – A abstrata liberdade de atuação conferida no âmbito textual da norma jurídica aplicável define de antemão o espaço da discricionariedade administrativa a ser concretizado pelo agente público.

São CORRETAS

- a) apenas a I, II e III.
- b) apenas a II, III e IV.
- c) apenas a I e II.
- d) apenas a I, III e IV.
- e) apenas a I e IV.

83. Acerca do poder disciplinar, regulamentar e de polícia e do uso e abuso de poder, assinale a alternativa correta.

- a) Na hipótese de um agente público invadir as atribuições de outro agente, exercendo atribuições que não lhe são próprias, caracteriza-se o desvio e não o excesso de poder.
- b) O poder regulamentar do Executivo dá-se por meio de edição de leis, regulamentos e decretos.
- c) Decorrem do poder hierárquico a possibilidade de revisar os atos praticados pelos

agentes de nível inferior, bem como de avocar as decisões de competência de órgãos ou agentes subalternos.

- d) O poder de polícia exercido pelo Estado pode ser custeado por meio de taxas ou preço público.
- e) São características do poder de polícia a discricionariedade, a coercibilidade e a imprescritibilidade.

84. É certo que, no processo judicial por atos de improbidade administrativa, o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual, poderá ser determinado apenas por parte

- a) da autoridade judicial ou administrativa competente.
- b) da autoridade judicial competente.
- c) do Ministério Público, quando autor da ação.
- d) da autoridade administrativa competente.
- e) do Poder Judiciário ou do Ministério Público.

DIREITO CIVIL

85. Márcio, famoso artista conhecido pelo pseudônimo Marquinho da Viola, faleceu deixando dois sobrinhos. Após o seu falecimento, os sobrinhos tiveram notícia de que várias pessoas estavam difamando o tio, pelo pseudônimo Marquinho da Viola, nas redes sociais. Diante dessa situação, os sobrinhos:

- a) poderão pedir que cessem as ofensas, mas não poderão requerer perdas e danos.
- b) poderão pedir que cessem as ofensas, e ainda reclamar perdas e danos, ainda que as ofensas sejam direcionadas ao pseudônimo.
- c) não poderão pedir que cessem as ofensas, nem tampouco requerer perdas e danos, uma vez que direcionadas ao pseudônimo.
- d) não poderão pedir que cessem as ofensas, nem tampouco requerer perdas e danos, uma vez que não possuem legitimidade para tanto.

1º Simulado PC-SP - Delegado – 29/02/20

e) não poderão pedir que cessem as ofensas, mas apenas reclamar perdas e danos, por atingir indiretamente sua honra objetiva.

86. Uma pessoa jurídica de direito privado tem estabelecimentos, agências, ou sucursais em municípios diferentes. Nesse caso, o domicílio dessa pessoa jurídica para os atos jurídicos praticados nesses municípios será:

- a) o eleito pela pessoa jurídica.
- b) a capital do Estado onde está sua sede.
- c) cada um desses municípios.
- d) o lugar onde funcionar sua administração.
- e) o domicílio do seu representante.

87. Com relação à obrigações solidárias, é correto afirmar:

- a) A obrigação solidária não pode ser pura e simples para um dos co-credores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.
- b) Na solidariedade passiva, o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.
- c) Se o credor cobrar antecipadamente a dívida em razão da falência de um dos codevedores, o débito será considerado vencido em relação aos demais codevedores.
- d) A solidariedade não subsiste se a obrigação solidária for convertida em perdas e danos.
- e) A morte de um dos credores solidários faz romper a solidariedade e impede que seus herdeiros exijam a quota de crédito correspondente ao seu quinhão hereditário.

88. Com relação ao direito das coisas, é correto afirmar:

- a) O direito de superfície autoriza obra no subsolo, pois inerente ao objeto da concessão.

b) A concessão da superfície será onerosa; caso em que estipularão as partes se o pagamento será feito de uma só vez, ou parceladamente.

c) O direito de superfície é intransmissível a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros.

d) O direito de superfície não pode ser constituído por pessoa jurídica de direito público interno.

e) No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, a indenização cabe ao proprietário e ao superficiário, no valor correspondente ao direito real de cada um.

89. Não podem casar:

- a) o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- b) o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
- c) a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.
- d) o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.
- e) os afins em linha reta ou colateral.

90. Com relação à exclusão da herança, é correto afirmar:

- a) São pessoais os efeitos da exclusão, mas os descendentes do herdeiro excluído não sucedem.
- b) O excluído da sucessão terá direito ao usufruto ou à administração dos bens que a seus sucessores couberem na herança.
- c) O excluído da sucessão é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, e não tem direito a ser indenizado das despesas com a conservação deles.

d) Aquele que incorreu em atos que determinem a exclusão da herança será admitido a suceder, se o ofendido o tiver expressamente reabilitado em testamento, ou em outro ato autêntico.

e) São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso ou culposo, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

MEDICINA LEGAL

91. Acerca da dactiloscopia assinale a alternativa correta:

a) Apesar de sua importância a identificação dactiloscópica não garante absoluta certeza sobre a relação entre a impressão digital e seu possuidor.

b) A impressão digital se forma durante a vida extrauterina e perdura para além da morte.

c) A variabilidade é a propriedade dos desenhos digitais na qual cada pessoa tem suas características próprias, mesmo que sofram ação de queimaduras ou corrosivos.

d) A imutabilidade é a propriedade dos desenhos digitais em várias de dedo para dedo e de pessoa para pessoa.

e) A perenidade ou universalidade é a característica das impressões digitais na qual cada pessoa é classificada por um conjunto de características que permanecem por toda vida.

92. Quando ocorre a sufocação indireta por compressão torácica, há a asfixia pela restrição aos movimentos de inspiração e expiração. Assinale a alternativa que contém um sinal típico dessa forma de asfixia.

a) Exoftalmia.

b) Cogumelo de espuma.

c) Máscara equimótica ou equimose cérvico-facial.

d) Repleção das vesículas seminais.

e) Petéquias subpleurais.

93. São características do sulco cervical nas asfixias por estrangulamento e enforcamento, respectivamente:

a) Descontínuo / Contínuo.

b) Frequentemente único/ Geralmente múltiplo.

c) Oblíquo / Horizontal.

d) Abaixo da cartilagem da tireoide/ Acima da cartilagem da tireoide.

e) Profundidade desigual / Profundidade uniforme.

94. São características do ferimento produzido por objeto cortante, exceto:

a) Bordas regulares e lisas

b) Maior profundidade na porção distal do que na inicial.

c) Hemorragia abundante

d) Ausência de vestígios traumáticos ao redor da lesão

e) Secção perfeita dos tecidos moles subcutâneos.

95. Foi encontrado um corpo com suspeita de suicídio com arma de fogo, com tiro encostado na região temporal. Durante a necropsia, foi observada a marca da boca do cano da arma. Tal fenômeno corresponde à/ao:

a) Sinal de Benassi

b) Sinal de Bonnet

c) Sinal de Fisch

d) Sinal de Werkgaetner

e) Câmara de mina de Hoffmann

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

96. Quando um usuário imprime uma página web, durante a navegação, será impresso alguns elementos identificadores juntamente com o conteúdo da página web. Qual elemento será impresso no rodapé de uma página acessada pelo navegador Google Chrome, em sua configuração original.

- a) hora
- b) URL
- c) título
- e) data
- e) nome

97. Na utilização do Sistema Operacional Windows 10, configuração padrão, para a criação de arquivos e pastas deverão ser seguidas algumas regras, dentre elas, considerar que

- a) a quantidade máxima de caracteres utilizados no Windows inclui todo o caminho de endereço do arquivo, seu nome e sua extensão.
- b) o nome de arquivos e pastas não poderá conter elementos como \ / : * ? " < > |, mas a sua extensão poderá incluí-los normalmente.
- c) arquivos e pastas no Windows podem conter no máximo 128 caracteres.
- d) os caracteres \ / : * ? " < > | podem ser utilizados normalmente nos nomes de arquivos e pastas do Windows.
- e) o nome dos arquivos no Windows não pode ter caracteres como \ / : * ? " < > |, mas o nome do seu caminho pode incluí-los.

98. Durante uma troca de mensagens entre vários colaboradores de uma empresa, o diretor da companhia deseja evitar que a respostas a todos, opção disponível nos principais sistemas de correio eletrônico, gere grande quantidade de e-mails desnecessário para todos. Para evitar isso, mas mantendo a resposta apenas ao diretor, a opção indicada para preencher com os endereços dos destinatários é:

- a) Para

b) Com cópia oculta (Cco)

c) Com cópia (Cc)

d) Assunto

e) Anexo

99. Qual é a alternativa que descreve o resultado correto para a fórmula expressa, digitada em uma célula aleatória de uma planilha do Excel:

=SOMA(5;25)+15+4^2*5+8/4-MÉDIA(17;25)

a) 1816

b) 462,25

c) 106

d) 36

e) 31

100. Um usuário do aplicativo Word 2016, versão em português, está editando o texto de uma página que contém dois parágrafos. Ele decide então dividir o texto em duas páginas, separando um parágrafo em cada uma das duas páginas, com formatações de orientação diferentes, uma página em paisagem e outra em formato de retrato. Para isso ele poderá clicar com o mouse no ponto em que deseja finalizar uma página e o ponto em que começará a outra página. Após isso ele deverá selecionar qual opção de quebras da guia "Layout da Página" para que o texto seja dividido em duas páginas

a) Marca D'água.

b) Referência Cruzada.

c) Quebra de Página.

d) Quebra de Sessão.

e) Orientação da Página.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PC-SP-Delegado-29-02>



Estratégia
Carreira Jurídica